

Volume 14, jan./dez. 2025
ISSN: 2317-0352



ARTIGO

Recebido em: 31/10/24
Aprovado em: 30/10/25
Publicado em: 23/11/25
e-Location: e-1509

Editor:
Cristiano das Neves Bodart



A temporalidade do atraso: o capitalismo periférico em Florestan Fernandes

The temporality of backwardness: peripheral capitalism in Florestan Fernandes

Rafael Gomes N. Pereira



<https://orcid.org/0000-0003-4722-0425>

Pós-Doutorando em Sociologia pela Escola de Ciências Sociais (FGV/ CPDOC)

E-mail: rafaelgnp@gmail.com

Resumo

O presente ensaio tem por objetivo analisar a explicação de Florestan Fernandes acerca do subdesenvolvimento brasileiro e da constituição de um capitalismo periférico. Para isso, analisaremos como a interpretação de Florestan Fernandes caminhou de uma perspectiva dualista e permeada por um discurso sociológico da modernidade para uma análise que tentou ultrapassar esse estigma de uma singularidade brasileira. De início, consideraremos sua concepção de “demora cultural” como explicação para nosso capitalismo periférico, para, em seguida, analisar sua construção sobre o capitalismo heteronômico presente em “A Revolução Burguesa no Brasil”.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Capitalismo Periférico. Subdesenvolvimento.

Abstract

The aim of this essay is to analyze Florestan Fernandes explanation on the Brazilian underdevelopment and the constitution of a peripheral capitalism. To this end, we analyze how Florestan Fernandes interpretation changed from a dualistic perspective filled with a sociological discourse of modernity to an analysis that tried to overcome this stigma of a Brazilian singularity. First, we consider his concept of “cultural delay” as an explanation for our peripheral capitalism and then analyze his construction of heteronomous capitalism in “The Bourgeois Revolution in Brazil”.

Keywords: Florestan Fernandes. Peripheral Capitalism. Underdevelopment.



INTRODUÇÃO

A figura de Florestan Fernandes (1920-1995) e sua respectiva produção intelectual têm sido retomadas com bastante frequência para discussões concernentes à modernização brasileira. Exemplo disso pode ser encontrado na inclusão de Florestan Fernandes no Ciclo de Conferências “Intérpretes do Brasil”, realizado pela Academia Brasileira de Letras, como lembrado por Bárbara Freitag (2005). Muito além, um conjunto de publicações tem revisitado o legado teórico de Florestan Fernandes e suas implicações analíticas na formação do tecido social brasileiro. Pesquisas como a de Lucas Trindade Silva (2022) e Antônio Brasil Júnior (2011) têm percorrido os impactos sociológicos de “A Revolução Burguesa no Brasil” na compreensão do processo de diferenciação social brasileiro e na sua descrição da aclimação das estruturas modernas diante de nosso passado colonial. É justamente nesse caminho que se insere a temática do presente ensaio, pois nosso objetivo reside em acompanhar de forma mais atenta a explicação de Florestan Fernandes acerca da modernização brasileira e suas implicações na construção de nosso subdesenvolvimento. Mais do que uma aclimação, Antônio Brasil Júnior (2011, p. 12) apresentou como Florestan Fernandes renovou a problemática da modernização para além da tradição norte-americana e dos “estilos nacionais de sociologia” que circulavam no contexto intelectual em questão. Lucas Trindade Silva (2022:82) percorreu um caminho próximo, sugerindo que Florestan Fernandes foi além do dualismo típico de algumas análises sobre os “padrões e dilemas” da modernização brasileira que se fizeram presentes na cartografia de nosso pensamento político-social.

O presente ensaio se localiza nos marcos desse mesmo esforço investigativo, pois pretende percorrer a possibilidade de encontrar em Florestan Fernandes uma explicação sobre nossa modernização indo além do discurso sociológico hegemônico sobre essa mesma modernidade. Se Florestan Fernandes iniciou seu projeto teórico diante uma perspectiva que reforçou nossa modernidade como um desvio ou como uma incompletude, com a elaboração de “A Revolução Burguesa no Brasil”, a vinculação entre o moderno e o arcaico foi posta em termos de coexistência. Daí a formulação da ideia de “capitalismo heteronômico” como uma saída para aventar a articulação de elementos capitalistas e pré-capitalistas no tecido social brasileiro, propondo um caminho contrário ao dualismo que permeia algumas produções intelectuais latino-americanas. Se Florestan Fernandes partiu de uma perspectiva com resquícios de um certo dualismo, “A Revolução Burguesa no Brasil” sugeriu que a perseverança do



elemento colonial era necessária para a constituição interna do capitalismo e determinante do sentido produtivo mercantilizado.

Este ensaio está estruturado em três seções articuladas entre si. De início, na parte intitulada “O desvio da modernização: a questão da demora cultural em Florestan Fernandes”, averiguamos os resquícios de dualismos cognitivos presentes na composição inicial de sua sociologia da modernização. Centrado na ideia de “demora cultural”, Florestan Fernandes procurou demonstrar uma certa incompatibilidade da institucionalização da ordem social moderna com o padrão de sociabilidade oriundo do período colonial e que constituiu uma força de resistência à plena vigência do aparato institucional-legal. No momento seguinte, na seção intitulada “Tempos coetâneos: a articulação entre o arcaico e o moderno”, percorremos a mudança de enfoque dada por Florestan Fernandes a partir da constituição de duas obras: “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” e “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”. A partir daqui o arcaico e o moderno deixaram de ser considerados em termos opostos para serem tomados como uma articulação intrínseca e produtora de uma temporalidade própria. Apesar de não ter rompido com uma imagem peculiar de nossa modernização, a forma de colocação do problema foi reorganizada e a apreensão de uma certa peculiaridade se tornou uma potencialidade para Florestan Fernandes. Nosso objetivo é acompanhar o movimento teórico de Florestan Fernandes até a escrita de ‘A Revolução Burguesa no Brasil’, momento final da formulação de sua concepção de ‘capitalismo heteronômico’. Por último, na seção intitulada “O desenvolvimento desigual e combinado em termos nacionais”, sugerimos que a mudança de ângulo por parte de Florestan Fernandes pode ser melhor compreendida.

1. O desvio da modernização: a questão da “demora cultural” em Florestan Fernandes

A obra “A Revolução Burguesa no Brasil”¹ teve sua primeira versão publicada no ano de 1974, momento em que Florestan Fernandes estava no exílio². Para além do próprio contexto em que a obra foi produzida, seu valor maior estava no conteúdo ali contido, pois era a ilustração de um pensamento em movimento diante da virada que logo se apresentaria. Até então, boa parte de seu trabalho como sociólogo tinha se organizado na procura por soluções metodológicas

1 Sobre o contexto de produção de “Revolução Burguesa no Brasil”, Jaldes Meneses (2021:226) disse: “Naquele mesmo ano de 1974, quando a Editora Zahar preparava os originais de RBB, assumia a Presidência da República o general Ernesto Geisel, com projetos de fazer uma transição política controlada e conservadora da ditadura a um regime civil”.

2 A primeira edição do texto foi publicada por Florestan Fernandes na Revista Anhembi.



originais e na tentativa de fundamentação empírica do conhecimento sociológico. Com a conclusão de ‘A Revolução Burguesa no Brasil’, a interpretação de Florestan Fernandes foi direcionada e ganhou como foco a tentativa em compreender a formação do capitalismo no tecido social brasileiro, um capitalismo que, naquele momento, era entendido como algo incompleto e destituído das potencialidades necessárias para romper com nossos aspectos coloniais mais profundos.

Antes de seu diagnóstico sobre a interpenetração das ordens sociais, Florestan Fernandes percorreu um longo caminho interpretativo – não apenas ao realocar seus interesses imediatos, mas no próprio alcance da síntese por ele construída na obra de 1974. Em consonância com o argumento de Lucas Trindade Silva (2022, p. 90), alguns dos trabalhos que Florestan Fernandes redigiu entre as décadas de 1950 e 1960 continham elementos suficientes para pensá-lo diante de uma certa “sociologia da inautenticidade”, aos moldes do que tinha desenvolvido Jessé de Souza (2000) em sua obra “A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro”. Inicialmente, o pensamento de Florestan Fernandes definiu a modernidade brasileira como inautêntica, distanciada do modelo original europeu e portadora de uma baixa potencialidade de seu dinamismo social. Se o centro catalisador dos processos de modernização pertencia à Europa, o contexto sociológico no Brasil demonstrava uma modernidade fruto de um “processo de todo incipiente” a partir de “tendências definidas” que impossibilitaram o corte integral como o passado colonial (Fernandes, 2013, p. 110). Esse “primeiro” Florestan estabeleceu como horizonte uma análise que partiu de um conjunto de variáveis institucionais modernas desenvolvidas por um conjunto de formações sociais que romperam com um tipo de sociabilidade mecânica anteriormente estabelecida. Na Europa Ocidental, um cenário de complexas transformações foi desencadeado pela intensa racionalização da dinâmica produtiva a partir das modificações no interior das relações sociais produtivas. A natureza da modernização estava na “expansão de fronteiras econômicas, socioculturais e políticas externas” que, quando movidas “de fora para dentro”, produziam uma nova esfera de valores que movimentava os agentes sociais em direção ao acúmulo sistemático de capital (Fernandes, 2013, p. 43). A modernização era um processo de diferenciação societária marcada pela completa penetração do elemento racional na organização da vida social, ocasionando a formação de uma ordem social de caráter competitivo a partir das potencialidades desse cenário histórico-social.

Se a modernização era o desenvolvimento das potencialidades capitalistas, o Brasil se encontrava em uma situação particular devido aos conjuntos de forças sociais que atuavam como mecanismos de resistência à incorporação plena dos padrões valorativos modernos. Diferentemente dos centros hegemônicos, o tecido social brasileiro detinha determinadas



disposições a estabelecer incongruências na possibilidade de uma vivência integral da experiência moderna. A nossa suposta inautenticidade estava na impossibilidade historicamente constituída de absorvemos com plena vigência e motivação da sociabilidade moderna em seus principais aspectos normativos, formando uma tendência de preservação de elementos oriundos do passado colonial. Se a modernização dependia de articulações e de dinamismos internos a nível estrutural, a situação brasileira estruturada historicamente foi insuficiente para transformar profundamente a realidade em questão. Ao se referir ao contexto da modernização brasileira, Florestan Fernandes disse:

O padrão de desenvolvimento capitalista dependente resulta de combinações de dinamismos econômicos, socioculturais e políticos internos e externos que sempre se revelam, aos níveis estrutural-funcional e histórico, insuficientes para transformar a modernização dependente em modernização autônoma (Fernandes, 2013, p. 56).

A questão estava em localizar o motivo produtor dessa insuficiência. A explicação encontrada por Florestan Fernandes (2013, p. 41) tomou como ponto de partida um movimento residual construído pelas elites políticas formadas no período colonial e que, diante das modificações históricas ocorridas no século XIX, buscaram meios para se perpetuar no poder. Para o melhor entendimento dessa questão, duas considerações devem ser feitas antes de prosseguirmos. Primeiramente, Florestan Fernandes (2013, p. 47) tomou o século XIX como um ponto histórico de inflexão devido às três grandes mudanças sociais ocorridas naquele contexto: “a Independência, a Abolição, em 1888”, e “a Proclamação da República”. Por mais que todos esses eventos tenham promovido modificações consideráveis, ainda assim não tiveram força histórica suficiente para quebrar definitivamente com as características estamentais que delinearão o período colonial. Acerca desse contexto específico, Florestan Fernandes afirmou:

Embora transformações tão profundas quanto as que ocorreram graças à desagregação do sistema colonial e à expansão interna do capitalismo comercial afetassem o presente e o futuro de toda a sociedade brasileira, de fato os proventos imediatos dessas transformações convergiram para pequenos grupos de agentes humanos, localizados em posições estratégicas no exterior ou no interior do país (Fernandes, 2013, p. 45).

Florestan Fernandes (2013, p. 45) demonstrou como “os benefícios e os efeitos construtivos a longo prazo da mudança social foram monopolizados pelos estamentos médios e altos, os únicos que se incorporaram à ordem civil com meios e qualificações para impor sua vontade” e determinarem o sentido das transformações históricas. “A destruição do modo de produção escravista”, afirmou mais adiante Florestan Fernandes (2013, p. 45), levou a “descolonização ao âmago do sistema econômico, revolucionando as bases da ordem social e do sistema de poder”. Ainda assim, tivemos “a persistência do esquema de exportação-importação e



o fato de que a expansão do mercado interno revitalizaria a grande lavoura”, características que “tiveram efeitos especiais”, garantindo a preservação das contradições sociais da velha ordem estamental que, a partir de então, ganharam uma nova roupagem (Fernandes, 2013, p. 47). A organização da vida social moderna no Brasil foi formada para atender os interesses dos setores senhoriais, que absorveram da conjuntura moderna aspectos específicos, desde que estes atuassem como elementos de manutenção dos privilégios historicamente constituídos. Nossa particularidade consistia nos “reajustamentos internos simultâneos ou sucessivos” que eram intermediados pelas elites senhoriais de acordo com seus interesses imediatos, inclinando nosso processo de modernização em direção aos intuítos da “consciência conservadora” (Fernandes, 2013, p. 41).

Já nossa segunda ponderação pode ser avistada no processo de identificação feito por Florestan Fernandes acerca de uma continuidade na lógica interna da progressão do capitalismo brasileiro. A permanência dos traços estamentais percorreu o século XX, influenciando na forma pela qual se deu a expansão do contexto urbano-industrial da ascensão de Getúlio Vargas (1930-1945) ao poder. Diante da Revolução de 1930³, vivenciamos um momento de expansão da indústria nacional a partir da incorporação de novas tecnologias produtivas. A partir de um processo articulado pelo Estado, “inovações que se faziam socialmente necessárias” foram efetivadas no plano da produção industrial e agrícola e sofreram um aumento considerável a partir da mobilização de recursos e técnicas racionais (Fernandes, 2013, p. 120). Observemos o que disse Florestan Fernandes sobre os eventos que percorreram o início do século XX:

Tanto no plano econômico e tecnológico quanto no social e político estão surgindo condições mais favoráveis à implantação de concepções secularizadas e racionais de vida. No entanto, os efeitos mais amplos desse processo pertencem ao futuro. Parece certo que o Brasil se deslocará da periferia para o núcleo das nações ligadas a um destino comum pela civilização ocidental, passando a ter funções construtivas na marcha de sua evolução interna (fenômeno paralelo ao que ocorreu nas relações dos Estados Unidos com a Europa) (Fernandes, 2013, p. 217, grifos do autor).

Por mais que um agrupamento de alterações tivesse sido desenhado a partir do Estado como motor do desenvolvimento econômico, a posição do Brasil dentro do capitalismo se manteve em uma condição periférica, o que era uma herança cultural direta do período colonial, demonstrando como nossas feições rurais foram preservadas e o nosso papel fundamental como fonte exportadora de abastecimento do mercado externo foi mantido. A mesma elite senhorial que em nosso passado acabou por suprir as demandas de recursos da metrópole manteve esse papel ao direcionar nossas riquezas para o fornecimento de recursos aos centros hegemônicos.

³ A utilização da expressão “Revolução de 1930” foi mantida de acordo com sua utilização no original por Florestan Fernandes (2013:95).



Mesmo com o fim da ordem senhorial, algumas de suas principais estruturas se mantiveram com presença ativa, constituindo no tecido social brasileiro um quadro de heteronomia político-econômica e preservando as desigualdades sociais constituídas ao longo de nossa história. “Nas condições peculiares da sociedade de classes”, disse Florestan Fernandes (2013, p. 54), o Brasil percorreu uma realidade social “dependente e subdesenvolvida”, pois ainda gravitamos em torno das potências europeias como satélites fornecedores de gêneros agrícolas primários. A presença da elite senhorial se tornou um impasse inerente ao nosso processo de modernização, que não possui o vigor necessário para superar completamente o legado do passado, inclinando todas as mudanças sociais no sentido de atender às demandas de determinados grupos hegemônicos. O passado e o presente mantiveram para o Brasil a função de canalizar “institucionalmente grande parte da expropriação capitalista para fora”, expandindo a “ordem social competitiva” de forma integral para os centros econômicos e fazendo do nosso capitalismo um contexto social fraco e vacilante (Fernandes, 2013, p. 36). E é justamente aí que Florestan Fernandes formulou sua concepção de “demora cultural”:

Uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da demora cultural. Ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem se transformar com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si (Fernandes, 2013, p. 117).

Nossa tão peculiar modernização estava centrada na demora cultural vivenciada pela realidade nacional no processo de transformação para uma ordem social competitiva que conservou aspectos estamentais. Tal interpretação é evidenciada em dois escritos fundamentais: o artigo intitulado “Existe uma crise da democracia no Brasil?”, de 1954, e o livro “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado em 1964. Em ambos os casos, o instrumento “demora cultural” foi recorrente como ferramenta analítica para descrever uma ordem social competitiva que não encontrou plena vigência devido a um conjunto de obstáculos impostos pela consciência senhorial. Dessa forma, a anomalia de nossa modernização condenou os setores sociais subalternos a uma condição de marginalização dentro da lógica sistêmica do capitalismo. Uma passagem específica do livro de 1964 nos propicia uma melhor compreensão do argumento de Florestan Fernandes:

A análise desenvolvida, embora incompleta e perfunctória, permite considerar a situação do negro e do mulato na dupla perspectiva em que ela aparece na formação da ordem social competitiva: no contexto da vida social urbana, emergente ou imperante na cidade de São Paulo; no contexto mais amplo e inclusivo da vida social rural, nas condições em que ela se renova regionalmente, graças aos efeitos demográficos, econômicos, sociais e políticos da substituição do regime de trabalho. Como é fácil verificar, as tendências universais são as mesmas nos dois níveis. A desintegração da



sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente, pois elas se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social (Fernandes, 2008, p. 62).

A demora cultural retratava um desequilíbrio estrutural oriundo de uma diferenciação nos ritmos das transformações sociais na passagem de uma ordem estamental para uma ordem competitiva. A modernização brasileira se consolidou a partir de uma apropriação do modelo de referência vigente nos centros hegemônicos, mas preservando determinados traços comportamentais associados ao contexto estamental. No caso investigado por Florestan Fernandes (2008, p. 67), que tomou a abolição da escravatura como campo demonstrativo, não foi suficiente para dissolver os padrões valorativos⁴ do momento histórico anterior, comprometendo a “racionalidade dos ajustamentos dos negros e mulatos que se conformaram às expectativas dominantes” e impediu a constituição de trabalhadores plenamente livres em “ocupações e serviços que eram essenciais” ao novo contexto societário. Daí a persistência de um padrão de relações raciais elaboradas sob a perspectiva do escravismo com o intuito de garantir privilégios sociais à camada senhorial da sociedade brasileira. As constatações feitas por Florestan Fernandes (2008, p. 69) adquiriram “pleno sentido quando se encaram os problemas que levantam da perspectiva do processo de formação e de consolidação da ordem social competitiva”, apontando para a permanência dos aspectos relacionados à “empresa econômica” dos engenhos. O estudo sobre as relações raciais forneceu a Florestan Fernandes o mecanismo empírico para a comprovação das assimetrias estruturais que compuseram a modernização brasileira.

Considerando esse ângulo de abordagem, a interpretação de Florestan Fernandes transmitiu uma certa perspectiva dualista ao conceber nossa modernidade sob o signo do desvio e da inautenticidade, descrevendo a diferença estrutural entre um centro hegemônico integralmente moderno e uma periferia ainda por completar o seu curso modernizante. Isso explica a assertiva de Sérgio Tavolaro (2014, p. 656) ao considerar que Florestan Fernandes classificou a realidade brasileira como “não modelar”, ao passo em que esse último indicou “a existência de hiatos de natureza psicodinâmica que teriam dificultado sobremaneira a plena integração de certos segmentos marginalizados à ordem social racional-competitiva”. Ainda que tenha estabelecido uma perspectiva sociológica sobre a brasilidade em contraste com o imaginário hegemônico, Florestan Fernandes parece tê-la feito sob um prisma próprio, pois pensou a coexistência do arcaico e do moderno de uma elaboração sociocultural dentro do

4 O termo “valorativo” foi empregado por Florestan Fernandes (2008) em sentido weberiano, indicando um conjunto de elementos norteadores culturalmente estruturados e que organizavam a ação social dos indivíduos.



mesmo espectro de temporalidade. Na próxima seção, percorremos a mudança interpretativa de Florestan Fernandes a partir da concepção de capitalismo heteronômico.

2. Tempos coetâneos: a articulação entre o arcaico e o moderno

Publicado em 1973, “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” ampliou a discussão sobre o subdesenvolvimento latino-americano e a condição estrutural de dependência. Ainda que o problema substantivo tenha se mantido, a colocação da inquietação foi redirecionada por Florestan Fernandes. No lugar de compreender o “modelo normal ou ‘clássico’ nas interpretações da formação ou do desenvolvimento do capitalismo na América Latina”, a condição de dependência deveria ser pensada a partir de um processo de acomodação (Fernandes, 2009, p. 51, grifos do autor). O texto em questão pode ser pensado à luz de uma outra publicação, “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, que veio a público em 1967. Entre os dois livros há o desenvolvimento de uma perspectiva interpretativa que rompia com a linguagem dualista até então mobilizada, articulando um descentramento em relação ao modelo europeu. De acordo com Florestan Fernandes (2009, p. 26), a América Latina vivenciou uma espécie de modernização pautada no “condicionamento e o reforço externo das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários”. Não tínhamos enfrentado uma demora cultural em relação a um certo padrão valorativo que não foi atingido, mas, ao contrário, havíamos constituído uma modernidade moldada pelas estruturas coloniais a partir de uma incorporação dos elementos da sociabilidade competitiva. “Essa interpretação”, afirmou Florestan Fernandes (2009, p. 53, grifos do autor), “não pretende negar nem a ‘modernidade’ nem o caráter capitalista do empreendimento colonial”, mas somente “repô-lo em seu contexto estrutural e histórico”. Detalhando seu argumento, Florestan Fernandes descreveu a transição para o capitalismo da seguinte forma:

A fase de transição desse complexo processo abrange, estruturalmente, o período de tempo mais ou menos variável (conforme as peculiaridades de cada país) que medeia entre a conquista da emancipação nacional e a consolidação do poder econômico, social e político das oligarquias tradicionais. Durante essa fase, estabelece-se e desintegra-se uma situação neocolonial evidente e inquestionável (Fernandes, 2009, p. 55, grifos do autor).

Por tudo isso, parece-nos que Florestan Fernandes (2008, p. 37) pensou na diferenciação estrutural-funcional da ordem social competitiva a partir de sua montagem por meio do



patrimônio cultural do espírito colonial, a partir de uma articulação específica do “padrão civilizatório do capitalismo moderno”. A modernização latino-americana se formou a partir de estratos temporais⁵ diante da “conjugação de estruturas arcaicas e de estruturas modernas”, formando uma situação histórica de impotência em “romper totalmente com o passado e de eliminar vínculos de subordinação” (Fernandes, 2008, p. 89). A melhor dimensão da questão se encontra em uma passagem de “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, que agora descrevemos:

Talvez por causa disso, alguns autores se viram tentados a focalizá-lo como se ela constituísse uma réplica em miniatura do modelo original e se estivesse, assim, num estágio inevitável, mas transitório, de evolução normal do capitalismo. Contudo, essa visão falseia a realidade em um ponto fundamental. Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam ao capitalismo dependente, elas encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada (Fernandes, 2008, p.36).

Ao inquirir a respeito dos contornos de nosso capitalismo, Florestan Fernandes (2008, p. 108) identificou sua heteronomia na introjeção de elementos tradicionais no horizonte cultural moderno por meio de uma combinação entre “influências arcaizantes e inovadoras”, garantindo a presença e persistência de atributos oriundos da ordem estamental. A questão não estava na ausência de elementos modernos, mas na forma pela qual esses elementos se combinaram historicamente. Isso já foi suscitado por Lucas Trindade Silva:

Tal compreensão do capitalismo dependente ou heteronômico como um fenômeno normal quando pensado a partir das dinâmicas globais do capitalismo e das diferenças e assimetrias produzidas e mantidas em seu bojo leva também, como amplamente salientado pela fortuna crítica, a uma outra forma de pensar a relação entre o antigo e o novo que, como vimos, já começava a ser sugerida na INSC: diferente de uma deformação ou uma anomalia, a presença e persistência de atributos e relações ditos pré-modernos ou pré-capitalistas passa a ser visto sob o prisma de seus papéis no interior da reprodução do próprio capitalismo dependente (Silva, 2022, p. 94).

O pensamento de Florestan Fernandes (2013, p. 56) movimentou-se em direção a uma virada: o Brasil era um país moderno, mas que experienciou um processo de modernização “marcado por rearticulações de setores arcaicos” que perpetuaram uma situação de desequilíbrio e contradições sociais. A passagem da “demora cultural” para a “heteronomia” permitiu a Florestan Fernandes formular um diagnóstico acerca do subdesenvolvimento que se afastou de

⁵ Sobre isso, Lucas Trindade Silva (2022, p.97) afirmou: “Como propus acima, tanto em SCS como em RBB a crítica da razão dualista de um ponto de vista interno à formação social brasileira é feita através de uma projeção do dualismo ao nível global: centro/periferia, autonomia /heteronomia, modelo democrático/modelo autocrático são dualismos complementares para pensar experiências sociais que se configuram relacionalmente na constituição do mercado mundial, mas que são conceitualizadas como uma assimetria, como em um ‘reflexo invertido’, para utilizar novamente a expressão plástica de Fernandes (2006:382)”.



uma imagem puramente desviante do tecido social brasileiro, sugerindo um caminho de interpretação para nossa modernização pensando a partir da articulação entre a ordem social colonial e a ordem social capitalista. Esse curso interpretativo atingiu sua plena maturidade com a elaboração da obra “A Revolução Burguesa no Brasil”, diante da necessidade de examinar a etapa de consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Iniciando sua reflexão ao indagar-se sobre a legitimidade do termo “burguesia” na dinâmica produtiva brasileira, Florestan Fernandes disse:

A grande lavoura e a mineração, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial – da escravidão à extrema concentração de renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização permanente da enorme massa de homens livres que não conseguia se classificar na sociedade civil e a erosão invisível da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências (Fernandes, 2005, p. 51).

Ao circunscrever o capitalismo brasileiro, Florestan Fernandes (2005, p. 51) o descreveu como periférico devido à “forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia”, incorrendo na formação de uma ordem social dependente em relação a um eixo externo. Nossas elites senhoriais fizeram da modernização pelo e partir do Estado um

“meio” e “fim”: “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstancia a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam (Fernandes, 2005, p. 53, grifos do autor).

O arcaico e o moderno não se opunham, mas se articulavam de forma estrutural e estruturante. A interpretação de Lucas Trindade Silva (2022, p. 96, grifos do autor) percorreu esse caminho, indicando que, para Florestan Fernandes, não se tratava “definitivamente de uma modernidade capitalista faltosa ou parcial”, mas de uma forma de desenvolvimento específica do capitalismo no “interior de um sistema global que, por fundamento, produz padrões diferenciados e hierarquizados de inter-relação entre setores (econômicos, regionais e nacionais)”. Isso possibilitou Florestan Fernandes se afastar de uma perspectiva substancialista e propor uma nova formulação para as distintas temporalidades⁶ históricas que aqui conviviam. O subdesenvolvimento foi interpretado por Florestan Fernandes como uma situação historicamente construída dentro da própria lógica do capitalismo, em que o arcaico e o moderno deixaram de ser pensados como elementos opositivos para serem tratados como termos complementares. E aqui reside nossa tentativa de contribuição para o debate: esse movimento teórico feito por

6 A questão das distintas temporalidades na formação do tecido social brasileiro foi desenvolvida por Sérgio Tavolaro (2021).



Florestan Fernandes e consolidado em “A Revolução Burguesa no Brasil” foi possível diante do contato travado com a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado elaborada por León Trotsky⁷. Para dimensionar melhor a questão, passaremos à próxima seção. De antemão, lembramos ao leitor que nosso intuito a seguir é muito mais o de construir uma hipótese do que fornecer uma discussão detalhada para o tema, já que isso demandaria um ensaio próprio e aqui não nos é possível fazê-lo.

3. O desenvolvimento desigual e combinado em termos nacionais

Em uma passagem de “A Revolução Burguesa no Brasil”, encontramos o seguinte registro:

É preciso não perder de vista que, apesar da persistência de estruturas econômicas coloniais e da continuidade da posição heteronômica em relação ao exterior, os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizarem a partir deles. A persistência de estruturas econômicas coloniais foi limitativa, sem dúvida, já que impediu qualquer mudança na concentração social da renda e qualquer correção de suas distorções. Contudo, ela não podia interferir em outros efeitos e, em particular, naqueles efeitos que se associavam à diferenciação do sistema econômico, nas condições vigentes de interdependência entre grande lavoura e trabalho escravo (Fernandes, 1976, p. 62).

A modernização brasileira conservou determinadas potencialidades oriundas da ordem estamental que acabaram por constituir um capitalismo de tipo periférico no Brasil. A permanência de padrões de sociabilidade legados da chamada ordem social servil-escravocrata estimulou uma “acumulação estamental de capital”, permitindo ao setor colonial “adaptar-se às condições internas de uma economia nacional” ao passo em que mantinham o sentido da produção econômica voltada para o mercado externo (Fernandes, 1976, p. 76). Ao especificar um tipo de articulação temporal própria para o Brasil, Florestan Fernandes recuperou o caminho aberto por León Trotsky (1985) devolvendo a historicidade do ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional. Se voltarmos ao texto “A Revolução Permanente”, bem percebemos que León Trotsky (1985, p. 6) ponderou que o desenvolvimento desigual pressupunha a constituição de situações de uma “originalidade nacional” para países que

⁷ Com isso não queremos reduzir o pensamento de Florestan Fernandes a uma mera retomada da proposta de León Trotsky. Ao contrário disso, a produção intelectual de Florestan Fernandes foi permeada por uma instigante originalidade alimentada oriunda de um conjunto de amplas referências teóricas. Para o leitor interessado nas referências de autores com os quais Florestan Fernandes dialogou, sugerimos o trabalho de Lucas Trindade Silva (2022) e Maria Armanda Arruda (2020).



representavam “produtos sumários” da “desigualdade do desenvolvimento histórico” diante das instâncias produtivas, mas que só poderiam ser efetivamente compreendidas a partir da totalidade histórico-dialética. Assim, poderíamos compreender como determinadas formações nacionais assimilaram “conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados” e ainda assim mantiveram o “caráter provincial” de sua solidariedade. (Trotsky, 1967, p. 24). Isso formava um capitalismo de caráter periférico, pois, por mais que o progresso industrial fosse alcançado no quesito produtivo, faltava a consolidação de uma revolução democrático-burguesa com força suficiente para romper o contexto colonial. Como suscitado por León Trotsky (1967, p. 83), faltava às formações subdesenvolvidas uma revolução burguesa capaz de “libertar as forças produtivas nacionais de suas cadeias seculares”, de modo que, mediante a sua ausência, esses países estavam afastados da “realização integral e imediata de suas tarefas nacionais-democráticas”. Ao adicionar o termo “combinado” na lei do desenvolvimento desigual, León Trotsky procurou escapar à concepção evolucionista que fazia do desenvolvimento capitalista uma sucessão de etapas rigidamente definidas, retirando a historicidade dos países periféricos. León Trotsky devolveu a historicidade da formação capitalista a partir da possibilidade de integração de elementos modernos pelas sociedades dependentes.

A hipótese levantada por León Trotsky foi aproveitada por Florestan Fernandes (1976, p. 210) em sua interpretação sobre o capitalismo brasileiro, pois nossa modernização “não afetava o controle oligárquico do poder”, e o “modelo de acumulação propriamente capitalista” aqui desenvolvido estava direcionado para um elemento externo. Olhando em detalhes seu argumento, encontramos a seguinte colocação:

Em resumo, apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluía o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. A pressão que essa economia, como um todo, podia fazer para libertar-se das limitações e das inibições que interferiam negativamente sobre suas potencialidades especificamente capitalistas de equilíbrio, de reorganização e de crescimento era ainda muito baixa (Fernandes, 1976, p. 246).

O dualismo daquele “primeiro” Florestan foi remodelado em nome de um movimento integrativo, em que a natureza combinada do contexto do capitalismo periférico deveria ser analisada em termos de uma temporalidade própria. Florestan Fernandes não pensou a articulação de estruturas econômicas arcaicas como resquício de outra temporalidade, mas como um elemento que, pela sua interpenetração com outros fatores sociais, produziu uma temporalidade coetânea e historicamente dada para os compostos periféricos. Era na presença de elementos coloniais que foi concebida a funcionalidade das áreas dependentes dentro da constituição interna do capitalismo e de sua respectiva historicidade. Servindo-se da ideia do



desenvolvimento desigual e combinado, Florestan Fernandes viu no entrelaçamento entre o moderno e o arcaico o impulso à modernização brasileira e a consolidação de nosso papel periférico na dinâmica produtiva.

Bibliografia

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. 2020. Aventura sociológica de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, vol 34(100):243-257, 2020.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A sociologia no Brasil*. História das ciências sociais no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) São Paulo: Editora Sumaré, 1996, col.2.
- BRASIL, Antonio da Silveira Junior. *Passagens para a Teoria Sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani, Brazil. Phd. Tese. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.
- DA SILVA, Lucas Trindade. Um Florestan para além da “tese da singularidade brasileira”. Terceiro Milênio: *Revista Crítica de Sociologia e Política*, vol 18(1):81-111, 2022.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Global Editora. 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. São Paulo: Editora Zahar. 1976.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo. 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Global Editora. 2013.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4 ed. rev. São Paulo: Editora Globo. 2009.
- FREITAG, Bárbara. Florestan Fernandes. Revisitado. *Estudos Avançados*, vol 19(55). 2005.
- SOUZA, Jessé. *A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- TAVOLARO, Sergio. B. F. A tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 57(3): 633-673, 2014.
- TAVOLARO, Sergio. B. F. Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica. *Revista Sociedade e Estado*, vol 36(3), Set./Dez.:1059-1082, 2021.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro (Guanabara): Editora Saga, 1967.
- TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985.